

Resenha

Psicoterapia, Subjetividade e Pós-Modernidade. Uma Aproximação Histórico-Cultural

*Psychotherapy, Subjectivity and Post Modernity:
An Historical-Cultural Approach*

Gonzalez Rey, F. (2007).
*Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade.
Uma aproximação histórico-cultural.* São Paulo, SP: Thomson.

Maurício da Silva Neubern*
Instituto de Psicologia & Universidade de Brasília

O presente trabalho consiste numa resenha crítica do livro “*Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade*” de Fernando Gonzalez Rey, publicado pela Editora Thomson, São Paulo, em 2007. Trata-se de um livro que procura destacar a pertinência da reflexão histórico-cultural na psicoterapia, principalmente a partir de Vigotsky, tanto para levantar críticas ao desenvolvimento histórico desse campo, como para propor algumas possibilidades de reflexão sobre o mesmo. No seu primeiro capítulo, discute criticamente o desenvolvimento da psicoterapia, destacando suas limitações ontológicas e as possibilidades de resgatá-la numa leitura que inclua suas dimensões culturais e sociais. Nos segundo e terceiro capítulos, apresenta uma proposta inovadora de discussão com a perspectiva histórico-cultural, realçando tanto o impacto desta na reflexão sobre a psicoterapia, como a contribuição que a noção de subjetividade pode possuir neste campo de reflexão teórica e prática. O último capítulo é destinado a um diálogo com perspectivas atuais da psicoterapia pós-moderna, como o construtivismo e o construcionismo social, principalmente em termos da noção de sentido subjetivo e sujeito.

Ao longo de suas 280 páginas, o livro demonstra acentuado e vasto conhecimento de seu autor Dr. Fernando Gonzalez Rey, cubano radicado no Brasil, cuja trajetória acadêmica em diversas instituições nacionais e estrangeiras tem trazido contribuições significativas para a psicologia do país em diferentes frentes relacionadas ao tema da subjetividade, tais como epistemologia, psicoterapia, psicologia da saúde e pesquisa qualitativa. Num estilo acessível e pertinente, discorre sobre diferentes contribuições

no campo da psicoterapia, abrangendo desde autores modernos até autores contemporâneos da pós-modernidade. Nesse sentido, o livro possui uma característica interessante na medida em que, mesmo focando um campo específico, dialoga com autores de outros campos, como Foucault, Morin, Touraine, Guidens, dentre outros, oferecendo importantes possibilidades de articulação com a psicologia e outras ciências sociais. Assim, Vigotsky é desvinculado da visão estreita de psicólogo do desenvolvimento, comum no Brasil, e resgatado como um pensador da psicologia, cujas contribuições não se restringem a um único campo. Embora o livro não o faça explicitamente, abre-se uma possibilidade para que se conceba uma aproximação entre psicoterapia, educação e saúde a partir da noção de subjetividade nele proposta.

Em seu primeiro capítulo, é destacado que um dos principais problemas epistemológicos da psicologia, que teve consequências diretas na prática psicoterápica, foi a inexistência de uma definição ontológica sobre a psique. Nas diferentes expressões do pensamento psicológico, muito influenciadas pelo fisicalismo, pelo metodologismo e pela ênfase no patológico, a psique surge ligada a alguma outra dimensão do saber, de caráter invariante e universal, não sendo reconhecida em sua especificidade. Assim, inspirando-se no enfoque histórico-cultural, o livro propõe a noção de subjetividade como uma alternativa de reconhecimento da psique como um processo subjetivo, construído histórico e socialmente a partir das ações sociais do sujeito, ao invés de uma entidade reificada e transcendente distante das trocas sociais do cotidiano.

Na sua revisão crítica de diversos autores da psicologia, o livro destaca que, malgrado a evolução que se deu no século XX, a definição ontológica da psique ainda permanece em aberto no seio de muitos movimentos psicológicos. Assim, reconhecendo um desenvolvimento acentuado desde autores como Freud, que a concebiam dentro de parâmetros universais e essencialistas, a autores como

* Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Clínica (IP/UnB), ICC-Sul, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília DF, Brasil, CEP 70910-900. E-mail: mneubern@hotmail.com

Esta resenha é fruto da pesquisa institucional “Hipnose, dor e subjetividade: Sobre a construção do contexto terapêutico” pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub).

Castoriadis, Guattari, Elliot e, para quem já se configuram dimensões emocionais e sociais mais amplas, o problema ainda não se resolve, uma vez que não houve uma definição precisa, com o estudo de seus processos constitutivos e suas articulações com o complexo mundo sócio-cultural. Vale destacar que além de ressaltar as virtudes e contradições de tais autores, o livro também toca vez por outra nos processos típicos dos movimentos sociais da psicoterapia, como a dogmatização e a institucionalização, embora não os desenvolva em profundidade. Esta contribuição, semelhante à de outros autores que não entram nesta obra (Neubern, 2005; Roustang, 2001) é particularmente importante, uma vez que os espaços de psicoterapia, tanto de prática, como de ensino e divulgação, freqüentemente se tornam espaços reprodutivos de modelos dominantes que impedem a reflexão crítica e reduzem a psicoterapia a uma simples prática de aplicação de conceitos e técnicas. Desse modo, tal livro se torna um interlocutor valoroso para profissionais de psicologia, ciências sociais e educação que já possuem alguma familiaridade com o tema e que se interessem pela psicoterapia no tocante a uma reflexão aprofundada e coesa. Alunos de graduação e pós-graduação podem encontrar nele um importante aliado para a formação do espírito crítico como também enquanto fonte de aprofundamento de reflexão e pesquisa.

Fugindo da perspectiva comum de restringir Vigotsky à psicologia do desenvolvimento, no segundo capítulo, a obra destaca que a abordagem histórico cultural é bastante pertinente para a psicoterapia devido às possibilidades que abre em termos de uma forma complexa de pensar. Fazendo uma interessante revisão da psicologia soviética, que no Ocidente muitas vezes é reduzida à teoria da atividade ou a perspectivas discursivas, ressalta o potencial da noção de sentido de Vigotsky, que não se prendeu a um simples processo de mediação, mas a uma integração complexa de elementos cognitivos e emocionais relacionados à personalidade do sujeito como um todo. Daí seu autor evolui para sua própria noção na qual não mais o cognitivo, mas o simbólico se integra ao emocional numa processualidade que vai além do intrapsíquico e integra a subjetivação dos processos sociais em que o sujeito toma parte. Essa integração – nomeada pelo autor como configuração – está na base da construção de sentidos do sujeito e relacionada, de uma forma não linear, aos registros que se dão na sociedade e na cultura. É interessante notar como essa proposta se aproxima de uma forma complexa de pensamento, como a de Morin que é discutida pelo autor, uma vez que integra o sujeito, com seus processos internos, numa dialética sócio-cultural sem dissolver ou dicotomizar as diferentes dimensões envolvidas. Por buscar integrar tais processos numa perspectiva sistêmica de definir a subjetividade, sua proposta se apresenta mais abrangente do que outras já discutidas em termos de complexidade (Delourne, 2001; Pagès, 1993) com as quais, infelizmente não estabelece diálogo.

Buscando fugir do dogmatismo típico dos movimentos psicológicos, o livro não pretende fundar uma nova escola em torno de sua noção de subjetividade – o que seria in-

compatível com sua proposta de uma reflexão constante sobre o tema. Quando propõe, já em seu terceiro capítulo, a subjetividade como um conjunto complexo de sistemas organizados de forma configuracional caracterizado por uma processualidade emocional e uma geração de sentidos incessante, ele apenas busca oferecer condições para romper com a perspectiva de patologia dominante nas práticas psicoterápicas atuais, onde a noção de transtorno tem ganhado cada vez mais espaço. Desse modo, a possibilidade de gerar sentidos, em determinados momentos e circunstâncias de vida, define uma psique saudável ou geradora de danos, termo este utilizado para se desvincular da noção de transtorno. Sua crítica é bastante pertinente, como no comentário do texto de Foucault sobre Pierre Rivière, ao demonstrar que por trás do laudo frio e descontextualizado há um sujeito, suas tramas sociais e as construções que daí advém, ou seja, uma série de momentos da subjetividade que são excluídos por um diagnóstico centrado em transtornos. Entretanto, esta obra não chega a confrontar sua noção com processos de desagregação psíquica mais profundos, como certos tipos de psicose, o que deixa um grande espaço em aberto a partir de sua noção de subjetividade.

A proposta psicoterapêutica aqui trazida confere uma ênfase especial à noção de sujeito, de maneira que o paciente assume essa condição quando se posiciona de forma ativa na terapia, principalmente, no tocante à sua própria produção de sentidos, o que pressupõe uma postura reflexiva quanto a si, ao terapeuta e ao processo. Atacando a noção exclusiva de que a psicoterapia se restringe ao consultório, considera que se trata de uma prática passível de ocorrer em qualquer espaço de subjetivação, como hospitais, tribunais, escolas, já que suas características mais importantes são o vínculo, o diálogo e a construção de sentidos. Aproximando-se, em um diálogo aberto, de autores construcionistas e construtivistas, ele enfoca que a dimensão subjetiva do processo terapêutico não deve ser dogmatizada num ritual ou lugar físico, mas privilegiar o que a caracteriza como fundamental.

Em seu diálogo, já no quarto capítulo, com autores construtivistas como Mahoney e Guidano a quem confere considerável importância, esta obra ressalta a pertinência de algumas de suas propostas, como a construção própria do sujeito, a criatividade técnica, e o papel ativo do sujeito no processo terapêutico. Ao mesmo tempo, não deixa de destacar que a perspectiva racionalista neles presente os leva a uma concepção de significado como algo intencional, o que difere radicalmente da noção de sentido, cuja emocionalidade, freqüentemente, está além da percepção do sujeito. Esse racionalismo, inspirado em boa parte pelas escolas cognitivistas, também conduz o terapeuta a uma postura de explicitar os momentos significativos da mudança do sujeito, o que é criticado nesta obra, na qual a mudança advém das próprias produções subjetivas do sujeito e não depende linearmente das interpretações do terapeuta. Lamenta-se, por outro lado, que aqui não se tenha desenvolvido mais a fundo a noção de inconsciente, tema em que chega a resvalar algumas vezes ao se referir

à própria noção de sentido, mas sobre o qual não se aprofunda, o que ocasiona outro campo relevante ainda em aberto em sua proposta.

Já em seu diálogo com outra perspectiva recente, o construcionismo social, o livro não deixa de ressaltar o valor de suas contribuições, mas se apresenta de forma muito mais crítica. Apesar de destacar sua proximidade no que se refere ao diálogo e a valorização das construções singulares do sujeito, ressalta a contradição desse movimento que ataca enfaticamente as posturas realistas, mas, ao mesmo tempo, acaba por reificar o discurso, como ocorre com frequência em Gergen. Em termos de psicoterapia, considera que, malgrado a busca de uma assimetria, não é possível reconhecer o papel do cliente, uma vez que sua condição de sujeito não é reconhecida. Ao mesmo tempo, ressalta que a ênfase dos construcionistas sobre o que aparece explicitamente no diálogo encobre uma série de processos, subjetivos (como as emoções) sociais e culturais que não surgem nos mesmos, mas participam ativamente da configuração subjetiva dos sujeitos. Daí semelhante perspectiva pode conduzir a uma cegueira no processo terapêutico, uma vez que não é capaz de reconhecer processos mais amplos que o perpassam, mas só podem ser conhecidos de forma indireta.

Por fim, vale ressaltar que a obra é concluída destacando o campo heurístico que define a especificidade da psicoterapia. Embora cometa um pequeno deslize de organização ao não enfatizar esse trecho como um capítulo conclusivo, o livro é finalizado em termos da pertinência da noção de sentido e subjetividade que requerem uma postura investigativa, reflexiva e aberta que fuja da naturalização do conhecimento tão comum na psicologia. Tal postura deve ser acompanhada de um saber que permita o diálogo com outros domínios ontológicos que se relacionam incessantemente na complexidade do mundo em que vivemos.

Referências

- Delourne, A. (Ed.). (2001). *Pour une psychothérapie plurielle*. Paris: Retz.
- Gonzalez Rey, F. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade. Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, SP: Thomson.
- Neubern, M. (2005). A dimensão regulatória da psicologia clínica: O impacto da racionalidade dominante nas relações terapêuticas. *Estudos de Psicologia* (Natal), 10(1), 73-82.
- Pagès, M. (1993). *Psychothérapie et complexité*. Paris: Hommes et Groupes.
- Roustant, F. (2001). Tout fait ventre. In A. Delourne (Ed.), *Pour une psychothérapie plurielle* (pp. 94-110). Paris: Retz.